



ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE PONTA GARÇA

Orientações e Critérios Gerais 2016/2017

*Orientações para a organização do ano
letivo e para a avaliação*

18-07-2016

Orientações e Critérios Gerais

Orientações e Critérios Gerais relativos à Organização do Ano Letivo e à Avaliação, para o ano letivo de 2016/2017.

Organização do ano letivo

1. Aconselhamos todos os docentes a ler a legislação que regula os vários aspetos da nossa profissão e o Plano de ProSucceso da Escola Básica Integrada de Ponta Garça, pois o desconhecimento da mesma não é justificável e poderá originar situações desagradáveis e desnecessárias. Aos Departamentos é fornecida toda a legislação que vai sendo publicada, mas aconselham-se **consultas frequentes**:
 - Portal da Educação, da Direção Regional da Educação (<http://www.edu.azores.gov.pt>);
 - Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt/>);
 - IAVE (<http://iave.pt/np4/home>).
2. A elaboração de turmas tem por base os critérios definidos na legislação competente, por exemplo, no que diz respeito ao número mínimo e máximo de alunos por turma e às metas preconizadas no ProSucceso, devendo-se evitar, sempre que possível, concentrar numa mesma turma os alunos sinalizados com problemas de indisciplina.
3. A elaboração dos horários das turmas e do pessoal docente segue o legalmente estipulado pelo Regulamento de Gestão administrativa e Pedagógica de Alunos em vigor e pelo Estatuto da Carreira Docente da RAA. Contudo determinadas considerações são tidas em conta:
 - a. Os turnos de Ciências Naturais e Físico-Química funcionarão apenas nas turmas integradas no Projeto “Apoio mais-retenção zero”;
 - b. As disciplinas mais teóricas são lecionadas, preferencialmente, no período da manhã, e as disciplinas mais práticas no final de cada período - manhã ou tarde;
 - c. As aulas de uma mesma disciplina devem ocorrer, se possível, em dias não consecutivos;
 - d. Todas as salas devem ser fixas para cada turma.
4. A distribuição de serviço docente respeita o legalmente fixado pelo Estatuto da Carreira Docente da RAA e as orientações emanadas da tutela, contudo, se possível, será tido em conta:

- a. A continuidade pedagógica, salvo casos excepcionais e/ou devidamente fundamentados;
 - b. Que os diretores de turma sejam, preferencialmente, docentes do quadro da Escola Básica Integrada de Ponta Garça;
 - c. Que os docentes de Português e de Matemática sejam, preferencialmente, docentes do quadro da Escola Básica Integrada de Ponta Garça e que se mantenham a lecionar o nível em apreço por dois ou mais anos;
 - d. Atribuir às turmas mais problemáticas docentes com maior experiência pedagógica e, sempre que possível, a docentes do Quadro de Escola.
5. Atribuição do crédito horário ao nível das disciplinas de Português e de Matemática, ao 5º, 6º e 9º anos, pois os alunos no 7º ano terão a disciplina de Formação Desportiva e no 8º ano os alunos estão integrados no Projeto “Apoio mais-retenção zero”.
6. O Apoio educativo deve continuar a funcionar em contexto de sala de aula.
7. Implementação do **Programa de Tutoria** aos alunos do 2º e 3º ciclos, se possível, fora das aulas de Cidadania;
8. Promoção de momentos de formação docente relativos à temática Alunos com Necessidades Educativas Especiais e Tutoria, se possível, no início do ano letivo.
9. Promover reuniões, se possível, mensalmente, entre os docentes dos 3 ciclos de escolaridade, de modo a uniformizar critérios de lecionação e de partilha, nos tempos de componente não letiva do professor sem alunos (CNLP).
10. Sensibilização e responsabilização dos alunos para a questão da manutenção da disciplina em espaço escolar.
11. O funcionamento dos clubes segue o disposto pela legislação em vigor, pelo Projeto Curricular de Escola e pelo Programa de Apoio Educativo, sendo salvaguardado que:
- a. O horário de funcionamento do clube deve permitir a participação dos alunos interessados no mesmo;
 - b. Cabe ao Conselho Executivo agendar o horário de funcionamento do clube, porém, o coordenador do clube é responsável por propor a alteração do fixado, de modo a permitir a participação do maior número possível de alunos, desde que isso não coincida com as atividades letivas dos alunos e do professor;

- c. Qualquer clube que apresente a inscrição ou frequência de um número inferior a quatro alunos deverá repensar a sua situação. Assim, cabe ao seu coordenador rever as estratégias e atividades propostas, de modo a ultrapassar a situação, comunicando tal ao Conselho Executivo. Caso não haja alterações efetivas com a reestruturação implementada, cabe ao coordenador, em consonância com o Conselho Executivo, decidir sobre a atitude a tomar;
- d. O número de docentes afetos aos clubes dependerá do número de alunos inscritos e a frequentá-lo, bem como do grau de exigência das atividades a ele afetas.

12. Cabe ao Conselho Executivo agendar as Atividades Desportivas Escolares após audição do grupo de Educação Física.

13. A atribuição de tempos em sala de estudo, gabinete disciplinar, aulas de substituição e acompanhamento de alunos, tutoria e apoios segue o definido na legislação em vigor e no Plano de ProSucesso da Escola, atentando-se ao seguinte:

- a. Necessidades da escola no que respeita aos alunos a contemplar e à componente letiva e/ou não letiva dos docentes;
- b. Imperativo de se garantir o horário de funcionamento da sala de estudo: o mesmo será marcado no horário dos alunos e no dos docentes na sua componente não letiva de alunos (CNLA), de acordo com os recursos existentes na escola e nas disciplinas que requerem maior estudo;
- c. Da existência de maior número de aulas de substituição e acompanhamento de alunos e o funcionamento do gabinete disciplinar, se possível, até ao final das atividades letivas.

14. O número de fotocópias, por mês, por docente, será de:

- a. Pré-escolar – 500 cópias;
- b. 1º Ano – 2000 cópias;
- c. 2º /3º Anos – 1000 cópias;
- d. 4º Ano – 1000 cópias;
- e. Apoio Educativo 1º Ciclo – 250 cópias;
- f. Apoio NEE – 250 cópias;

- g. Turmas com Projeto Curricular Adaptado 1º Ciclo – 1000 cópias (professor titular de turma);**
- h. Turmas com Projeto Curricular Adaptado 3º Ciclo/ Programa Oportunidade – 500 cópias (exceto Área de Projeto Formativo);**
- i. Turmas Transição Vida Ativa – 500 cópias;
- j. REACTIVAR – 1000 cópias;
- k. 2º e 3º Ciclos – 750 cópias;
- l. Inglês 1º Ciclo e turmas do Regime Educativo Especial – 750 cópias;**
- m. Associação Pais – 500 por período;
- n. Todos os documentos serão impressos a preto;
- o. Cópias não transitáveis entre docentes e não acumuláveis para o mês seguinte. Todavia, sempre que um docente esgotar o seu plafond poderá ser-lhe atribuído plafond suplementar, após apresentação de justificação junto do Conselho Executivo, de acordo com a relevância das cópias para o sucesso educativo dos alunos.

Avaliação

1. Os critérios gerais de avaliação são divulgados, no início do ano letivo, pelos titulares/diretores de turma. Os critérios específicos, o perfil de aluno/níveis de desempenho de cada disciplina são divulgados pelos professores das diferentes disciplinas que os devem relembrar, sempre que necessário, aos alunos. Sempre que o mesmo documento seja reformulado ou atualizado, os alunos e encarregados de educação são do facto novamente informados.
2. Relembra-se que conforme deliberação do Conselho Pedagógico datada de 25 de janeiro de 2016, no que respeita aos **trabalhos de casa**: *só serão enviados trabalhos de casa que não excedam duração de trinta minutos, apenas de uma disciplina por dia, passíveis de serem realizados de forma autónoma pelos alunos, nas disciplinas com crédito horário a Português e Matemática não serão enviados trabalhos a realizar em casa.*
3. Os alunos do Ensino Básico preenchem uma ficha de autoavaliação no final de cada período, com exceção dos alunos dos 1º e 2º anos, o que promove a sua reflexão face ao trabalho desenvolvido, nos termos da lei.

4. A ficha de informação da avaliação sumativa do aluno, no final de cada período, deve ser fotocopiada pelo diretor de turma. Ao entregar a cópia ao encarregado de educação, aquando do levantamento da avaliação do seu educando, aquele deve assinar o original que é guardado no *dossier* da turma.
5. As datas dos elementos de avaliação a aplicar aos alunos deverão ser coordenadas pelo conselho de turma na primeira reunião do ano letivo. Deverá ser dada prioridade na marcação dos mesmos às disciplinas com apenas 90 minutos semanais.
6. Poderão ser marcados dois momentos de avaliação no mesmo dia, desde que os mesmos não impliquem estudo prévio.
7. Os elementos de avaliação não devem ser marcados nos dias em que se realizam atividades do Plano Anual de Atividades aprovadas em conselho pedagógico, salvo exceções devidamente fundamentadas.
8. Não é permitido marcar elementos de avaliação na última semana de aulas, salvo exceções devidamente fundamentadas.
9. Os docentes devem de realizar elementos de avaliação com os alunos da sua turma antes da realização das reuniões intercalares de conselho de turma. Os docentes que não tenham na sua posse os resultados deste mesmos elementos de avaliação, devem informar o diretor de turma e a reunião será adiada para data posterior, a acordar com o Conselho Executivo.
10. O número de elementos de avaliação por disciplina, em períodos curtos, deverá ser alvo de ponderação do conselho de turma, de forma a não se sobrecarregar os discentes.
11. Nas disciplinas sujeitas a provas de aferição e de final de ciclo, a elaboração, a estrutura e os critérios de correção dos testes devem, obrigatoriamente, obedecer aos mesmos critérios utilizados nas provas de aferição e de final de ciclo. O enunciado dos testes deve conter a página de rosto análoga às respetivas provas. No 9º ano de escolaridade o docente deve utilizar folhas de resposta, ou cópia desta, idênticas às que são utilizadas nas provas finais.
12. Todos os testes de avaliação realizados devem ser sempre alvo de correção. Em todos os instrumentos utilizados, o professor deverá explicitar os critérios de correção e avaliação e, quando solicitado, prestar a informação que fundamente a classificação atribuída.
13. Cada docente define os instrumentos de avaliação a aplicar por período, de acordo com os critérios de avaliação de cada disciplina.

14. Os docentes têm de respeitar os prazos de correção e entrega dos momentos de avaliação definidos no Regulamento Interno.
15. Todos os docentes são responsáveis pelas decisões e/ou deliberações tomadas em reuniões de departamento e/ou conselhos de turma. Além disso são responsáveis pela elaboração e verificação dos documentos produzidos nestas reuniões e devem, sempre, auxiliar o coordenador e/ou titular/diretor de turma nesta tarefa.
16. Todos os materiais produzidos pelos docentes nomeadamente, planificações, fichas diagnóstica, informativas, de trabalho e ou avaliação, etc., são colocados na pasta de partilha do departamento curricular a que o docente pertence, dentro de uma subpasta criada com o seu nome.
17. Os documentos que são produzidos para clarificar a avaliação dos alunos (grelhas, relatórios, etc.) e que servem de suporte para reuniões avaliações intercalares e de avaliação devem ser colocados na pasta de partilha da respetiva turma.
18. A nomenclatura a adotar nas fichas de avaliação (menção qualitativa e/ou percentagem) será a seguinte:

1º Ciclo

1º, 2º e 3º Anos: Insuficiente – 0% - 49%; Suficiente – 50% - 69%; Bom – 70% - 89%; Muito Bom – 90% - 100%.

4º Ano: Fraco – 0% - 19%; Insuficiente – 20% - 49%; Suficiente – 50% - 69%; Bom – 70% - 89%; Muito Bom – 90% - 100%.

2º/3º Ciclos

Fraco – 0% - 19%; Insuficiente – 20% - 49%; Suficiente – 50% - 69%; Bom – 70% - 89%; Muito Bom – 90% - 100%.

19. Os resultados dos elementos de avaliação das diferentes disciplinas devem ser atempadamente disponibilizados aos Titulares/Diretores de Turma, para que estes possam acompanhar o desempenho global dos alunos e informar os pais e encarregados de educação.
20. O processo de avaliação é um processo contínuo, devendo a avaliação sumativa interna de cada período refletir o trabalho desenvolvido pelo aluno até esse momento. Nesse processo da avaliação sumativa interna, deve ser consagrada a valorização do aluno e a

perspetiva globalizante das aprendizagens, cabendo ao conselho de turma a responsabilidade de decisão, sem que a mesma se restrinja à média aritmética da classificação obtida pelo aluno nos instrumentos formais de avaliação (Portaria n.º23/2015, de 27 de fevereiro).

- 21.**As classificações das diferentes disciplinas relativas ao primeiro, segundo e terceiro períodos são da responsabilidade do conselho de turma, pelo que qualquer professor tem o direito e o dever de solicitar os devidos esclarecimentos sempre que tenha qualquer dúvida sobre as classificações propostas por qualquer disciplina.
- 22.**Os conselhos de turma devem analisar os casos dos alunos que, por motivos justificados, designadamente por razões médicas ou por não dominarem a língua portuguesa, não possuem elementos de avaliação, podendo nesses casos excecionais não atribuir classificação.
- 23.**Devem ser fundamentadas em ata todas as situações que impliquem a atribuição de mais de 30% de classificações inferiores a nível 3 ou com a classificação de Insuficiente a qualquer disciplina, ou sempre que algum elemento do conselho de turma o solicite. A fundamentação dessas situações deve incluir as causas responsáveis pela elevada percentagem de classificações negativas, quer as metodologias/estratégias adotadas pelo professor e conselho de turma para as tentar ultrapassar e, assim, melhorar o desempenho dos alunos.
- 24.**Deve ser registado em ata de conselho de turma se as planificações e orientações curriculares de cada disciplina foram adaptadas à turma.
- 25.**As situações de atraso no cumprimento do programa e respetivas medidas para colmatar o atraso devem ficar registadas em ata de conselho de departamento.
- 26.**Salienta-se que a atribuição de classificações inferiores ao nível 3 e menção de Insuficiente por si só não justificam pedidos de apoio educativo ou tutoria. A recuperação desses alunos deve passar prioritariamente por uma diversificação de estratégias/metodologias em aula. Os pedidos de apoio educativo devem ser feitos após ponderação do conselho de turma, depois de analisada a situação global do aluno.
- 27.** Dar prioridade no apoio educativo no 1º Ciclo aos alunos que obtiveram menção de Insuficiente.
- 28.**O apoio educativo no 2º e 3º ciclos será ministrado em contexto de sala de aula, mediante a disponibilidade dos recursos humanos para o efeito. Para tal, o professor de

apoio colabora ativamente com o docente titular da disciplina, devendo existir trabalho colaborativo entre ambos, em prol do sucesso educativo dos alunos auxiliados.

- 29.** Adaptar as aprendizagens e conteúdos programáticos (não comprometendo a aquisição das competências de final de ciclo) ao perfil dos alunos da nossa escola.
- 30.** Os alunos que beneficiem de apoio do Regime Educativo Especial, não podem acumular medidas de apoio educativo do Regime Regular.
- 31.** Respeitar as orientações constantes dos Projetos Educativos Individuais dos alunos do Regime Educativo Especial.
- 32.** Elaborar os momentos de avaliação dos alunos do Regime Educativo Especial de acordo com as orientações constantes dos seus Projetos Educativos Individuais e em articulação com os docentes afetos ao Núcleo de Educação Especial.
- 33.** Nos turnos de Ciências Naturais e Físico-Química no 8ºano, os alunos devem ser distribuídos pelos mesmos de acordo com o seu ritmo de aprendizagem, promovendo-se, assim, uma eficaz diferenciação pedagógica.